Fls. 526
CSEC

Processo n° : 2014/04247
Assunto : Prestação de Contas do Exercício de 2013
Interessada : Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Goiás

EMENTA:
PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO DE 2013.

- Devem ser aprovadas as contas que apresentam amplamente a situação econômico-financeira e as respectivas posições dos diversos grupos de contas e suas movimentações no período indicado.

- Aprovação, sem ressalvas, Relatório de Atividades e Contas Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Goiás.

VISTOS e relatados os presentes autos, acorda o Conselho Seccional da OAB-GO por ...UNANIMIDADE..... em aprovar as contas nos termos do voto do Relator.

Goiânia, 19 de novembro de 2014.

Henrique Tibúrcio Pena
PRESIDENTE

Dyogo Crosara
RELATOR

Rua 1.121 n° 200 Setor Marista - Goiânia-GO - CEP: 74175-120 - Caixa Postal 15
Fone:(62) 3238-2000 - Fax: (62) 3238-2053 - Home Page: *www.oabgo.org.br*

ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA ADMINISTRATIVA DO EGRÉGIO CONSELHO SECCIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE GOIÁS, NO EXERCÍCIO DE 2014, REALIZADA EM 19/11/2014.

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze (19/11/2014), às dezessete horas (17:00h), foi instalada a **Décima Oitava Sessão Ordinária Administrativa do Egrégio Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Goiás,** no exercício de 2014, sob a Presidência do Advogado Henrique Tibúrcio. A presente sessão foi secretariada pelo Conselheiro Secretário-Geral, Julio Cesar Meirelles. Estiveram presentes também os Diretores Márcia Queiroz Nascimento – Secretária-Geral Adjunta e Enil Henrique de Souza Filho – Tesoureiro. Ainda, registra-se as presenças dos Conselheiros Estaduais: Flávio Buonaduce Borges, Rafael Lara Martins, Neliana Fraga de Sousa, José Divino Morais, Alan Ribeiro Silva, Paulo César Reis Vieira, Márcio Pacheco Magalhães, Cleuber Cardoso, Eliomar Pires Martins, Werley Carlos de Souza, Márcio Messias Cunha, Antônio Carlos Monteiro da Silva, Eurico de Souza, Antônio Paulo Luzzi, José Roberto Ferreira Campos, Geraldo Augusto Mateus, Haroldo José Rosa Machado Neto, Marcelo Feitosa de Paula Dias, Thiago Vinícius Vieira Miranda, Valéria Jaime Pelá Peixoto, Monimar Leão Alves, Alyne Cristine Lopes, Otávio Alves Forte, Enil Henrique de Souza Neto, Samuel Junio Pereira, Iron Amadeu Camilo de Vasconcelos Naves, Mário Ibrahim do Prado, Cecília Ferreira Reis Bueno, Margareth de Freitas Silva, Carla Pinheiro B. V. Bentzen Rodrigues, Mauracy Andrade de Freitas, Murillo Macedo Lôbo, Rafael Martins Cortez, Leonardo Bezerra Cunha, Antônio Pereira de Santana, André Luiz Ignácio de Almeida, Lorena Barbosa Garcia, Douglas Dalto Messora, Alexandre Prudente Marques, Ivan Sérgio Vaz Porto, João Negrão de Andrade Filho, Jerônimo José Batista, Manoel Leonilson Bezerra Rocha, Lucio Bernardes Roquette, Marcos José de Jesus Porto, Jefferson de Paula Coutinho, Mônica Araújo de Moura, Dyogo Crosara, Carlos Martins de Oliveira e Alexandre Ramos Caiado. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente convidou para tomar assento à Mesa Diretiva o Presidente da Subseção da OAB/GO de Ceres, José Barreto Neto, representando todos os Presidentes de Subseção, o Presidente da CASAG, Júlio César do Valle Vieira Machado, o Procurador-Geral do Estado, Alexandre Tocantins, Presidente da APEG, Valentina Jungmann Cintra, o Presidente da Comissão do Advogado Público da OAB/GO, Tomaz Aquino da Silva Júnior, o Conselheiro Federal, por Goiás, Reginaldo Martins Costa e o

Ouvidor-Geral, Eduardo Scartezini. À oportunidade, o Sr. Presidente agradeceu as presenças dos Presidentes de Subseção da OAB/GO, Procurados de Estado, Advogados e Advogadas presentes neste ato. **1. VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM E ABERTURA** – Verificada a existência de quórum, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão plenária, confirmando direito de voz e voto aos Conselheiros Substitutos presentes, em razão da ausência justificada dos respectivos Titulares, tomando como base o quórum máximo do Colegiado. **2. COMUNICAÇÕES DA DIRETORIA.** Iniciando as comunicações o Sr. Presidente passou a palavra ao Presidente da Comissão do Advogado Público, Tomaz Aquino da Silva Junior, que após cumprimentar a todos os participantes deste ato, fez um breve histórico sobre a Procuradoria-Geral do Estado de Goiás, para mostrar a importância do referido órgão, que completa 50 anos. Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra ao Dr. Alexandre Tocantins, que saudou todos os Conselheiros no nome da Conselheira Carla Pinheiro B. V. Bentzen Rodrigues, a Presidente da APEG, Valentina Jungmann Cintra e todos os procuradores presentes. Em seguida, agradeceu pela homenagem recebida, ressaltando que sente honrado por ser agraciado com essa lembrança. Ato contínuo, o Procurador-Geral do Estado, Alexandre Tocantins, fez um histórico do surgimento da Procuradoria e destacou "*a Procuradoria é um órgão que traz segurança jurídica para os governos que se instalam, no sentido de implantar ações sociais e ações públicas, para a sociedade, no sentido de resguardar o patrimônio público, evitar dilapidação do patrimônio público.*" Ato contínuo, o Presidente Henrique Tibúrcio juntamente com o Presidente da Comissão do Advogado Público fez a entrega da placa que representa a homenagem nas mãos do Procurador-Geral Alexandre Tocantins, Presidente da APEG, Valentina Jungmann Cintra e Carla Pinheiro B. Von Bentzen Rodrigues. Dando prosseguimento às comunicações, o Sr. Presidente informou que, no dia 07/11/2014, apreciou os processos de inscrição para o cargo de representante da advocacia junto ao CAT, oportunidade em que foram deferidas as inscrições dos Advogados Masayuki Missao e Renan Soares de Araújo, bem como, indeferida a inscrição do Advogado Cláudio Carvalho da Cruz, que intimado da decisão, não apresentou recurso. O Presidente Henrique Tibúrcio destacou que inicialmente foram protocolizadas 05 inscrições para o referido processo seletivo, porém, os Advogados Allen Anderson Viana e Adelmo Guerra Filho desistiram do pleito. O Sr. Presidente informou, também, que o prazo para impugnação das inscrições foi de três dias, iniciando no dia 12/11/2014, com término no dia 14/11/2014. Ainda, o Presidente Henrique Tibúrcio informou que a Diretoria decidiu por realizar a eleição do Representante da OAB/GO junto ao CAT na sessão plenária do dia 03/12/2014, à oportunidade, submeteu referida decisão ao Colegiado. À unanimidade, os membros do Conselho Seccional referendaram a decisão da Diretoria de realizar a eleição do Representante da OAB/GO junto ao CAT na sessão plenária do dia 03/12/2014. Prosseguindo com os comunicados, o Sr. Presidente

noticiou o recebimento de expediente do CFOAB, que encaminha proposta de Regulamentação Geral da Cobrança de Custas, a fim de que a Seccional encaminhe manifestação sobre o assunto, o mais breve possível, vez que o processo encontra-se em pauta no CNJ. O Sr. Presidente informou que esse assunto iniciou em Goiás, quando em 2010 a OAB/GO questionando as altas custas cobradas no estado de Goiás, convidou dois Conselheiros do CNJ, que vieram à esta Seccional, oportunidade, em que foi colocada referida questão para eles. Informou, ainda, que a partir daquele momento o CNJ constituiu uma comissão que passou a elaborar um anteprojeto, que padronizasse a forma de cobrança de custas em todo o país e agora está em fase final, de fechamento do referido projeto. O Sr. Presidente ressaltou que o projeto supracitado será encaminhado a todos os Conselheiros, via e-mail, para que possam encaminhar sugestões, que serão encaminhadas ao CFOAB, para que possam sistematizar e encaminhar ao CNJ. Ato contínuo, o Sr. Presidente informou que, juntamente com o Dr. Enil Henrique de Souza Filho – Tesoureiro da OAB/GO, Dr. Reginaldo Martins Costa – Conselheiro Federal por Goiás, os Conselheiros Estaduais Marcelo Feitosa de Paula Dias, Flávio Buonaduce Borges, Mauracy Andrade de Freitas e Dyogo Crosara, se reuniu com a Diretoria do TJ/GO, que deu a notícia de que o próprio Tribunal prepara um novo regimento de custas, que distribui de forma mais correta a cobrança das custas no estado de Goiás. Em seguida, o Sr. Presidente informou a agenda de eventos e compromissos da Diretoria: - **20/11/2014, ÀS 17:00** – Sessão Institucional na Sala de Sessões; - **24 a 28/11/2014** – Semana de Conciliação na Estação Goiânia; - **25/11/2014** – OAB Itinerante em Itumbiara; - **25/11/2014, às 19:00** – Sessão Solene em Anápolis, no CEL; - **26/11/2014, às 19:00** – Sessão Solene em Goiânia, no CEL; - **03/12/2014, às 17:00** – Sessão Plenária, Sala de Sessões. Em seguida, o Sr. Presidente comunicou que os ingressos para o Reveillon da CAJ estão disponíveis e que o valor é de R$ 50,00 (cinquenta reais). À oportunidade, o Sr. Presidente passou a palavra ao Presidente da CAJ, Dr. Wanderson de Oliveira que convidou a todos para participarem da VIII edição do Reveillon da CAJ, que será no dia 19/12/2014 e, os convites estarão à disposição com a colaboradora Fabiana. Em seguida, o Sr. Presidente informou que o enlace matrimonial do Conselheiro Otávio Alves Forte será no dia 12/12/2014, às 20:45 min, na Paróquia Sagrados Estigmas de Nosso Senhor Jesus Cristo e Santos Expedito, onde receberá os cumprimentos. **JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA:** Os Conselheiros Alex Araújo Neder, Arlete Mesquita, Marizélia Ferreira Xavier Gomes, Alexandre Magno de Almeida Guerra Marques, Afrânio Cotrim Virgens Júnior, Fernando Rodrigues da Silva Alves Costa, Frederico Augusto A. de Oliveira Valtuille e Werley Carlos de Souza. **3. ORDEM DO DIA. 3.1. Leitura de Acórdão: 3.1.1. Processo nº 2012/03888. Requerente:** Domingos Aragão Lira. **Requerido:** Caius Mendonça da Cruz – 3° Sargento. **Assunto:** Nota de Desagravo. **Relator:** Conselheiro Douglas Dalto Messora. Acórdão lido, aprovado e assinado, com ordem de afixação no

placar. **3.2. Atos e processos para referendo do Conselho: 3.2.1. Processo nº 1999/10346. Requerentes:** Leila Márcia Pinheiro Potiguar, Luiz Aurélio Torres Potiguar e Othon Pinheiro Potiguar. **Denominação:** Pinheiro e Potiguar Advogados Associados S/S. **Assunto:** Alteração do Registro de Sociedade de Advogados. **3.2.2. Processo nº 2009/38. Requerente:** Borges e Vieira Advogados e Associados. **Assunto:** Pedido de Alteração do Registro de Sociedade de Advogados. **3.2.3. Processo nº 1986/1844. Requerente:** Advocacia Pires de Campos Sociedade Civil. **Assunto:** Dissolução de Sociedade de Advogados. **EXTRAPAUTA: 01. Processo nº 2014/4472. Requerentes:** Érick Bernardes Rocha, Eduardo Borges Sávio e Felipe de Oliveira Sousa. **Denominação:** Rocha, Sávio e Oliveira Advogados Associados. **Assunto:** Alteração do Registro da Sociedade de Advogados. **02. Processo nº 2014/5651. Requerentes:** Cristina Moreira Borges e Luiz Henrique Gouveia. **Denominação:** Borges & Gouveia Sociedade de Advogados. **Assunto:** Cancelamento de Registro de Sociedade de Advogados. **03. Processo nº 2009/8121. Requerentes:** Caio Fernandes Dias de Carvalho, Robson Crosué Rosa e Aldrovando Divino de Castro Júnior. **Denominação:** Dias Castro & Crosué Advogados Associados. **Assunto:** Alteração do Registro de Sociedade de Advogados. **04. Processo nº 2010/3854. Requerentes:** Hanna Mtanios Hanna Junior e Luciano Mtanios Hanna. **Denominação:** Hanna Advogados Associados S/S. **Assunto:** Alteração do Registro de Sociedade de Advogados. **05. Processo nº 2012/914. Requerentes:** Pedro Cordeiro da Silva e Uberth Domingos Cordeiro. **Denominação:** Pedro Cordeiro da Silva & Advogados Associados S/S. **Assunto:** Alteração do Registro de Sociedade de Advogados. **06. Processo nº 2013/7863. Requerentes:** Silvana de Sousa Alves e Flaviany Mesquita de Oliveira. **Denominação:** Silvana Alves Advogados Associados. **Assunto:** Alteração do Registro de Sociedade de Advogados. **07. Processo nº 2003/6289. Requerentes:** Hélio França de Almeida, Nayron Cintra Sousa e Stéfani Calaça Resende. **Denominação:** Almeida, Monteiro – Advogados Associados S/S. **Assunto:** Alteração do Registro de Sociedade de Advogados. **08. Processo nº 2014/8276. Requerentes:** João Negrão de Andrade Filho e Adriana Miguel Faria Negrão. **Denominação:** Negrão & Faria Advogados Associados S/S. **Assunto:** Registro de Sociedade de Advogados. **09. Processo nº 2014/8258. Requerentes:** Vagner Feitosa de Oliveira e Raimundo Nonato dos Santos Cardozo. **Denominação:** Vagner Feitosa Advogados Associados S/S. **Assunto:** Registro de Sociedade de Advogados. **10. Processo nº 2010/4440. Requerente:** João Braz & Margareth Freitas Advogados Associados S/S. **Assunto:** Averbação à Margem da Sociedade de Advogados. **11. Processo nº 2014/8260. Requerentes:** Gustavo Ortêncio de Morais e Rômulo Wilson Sebba Ferreira. **Denominação:** Ortencio & Sebba Advocacia e Consultoria. **Assunto:** Registro de Sociedade de Advogados. **12. Processo nº 2014/8127. Requerentes:** Patrícia Santana Vieira e Illana SImara Pires Mattos. **Denominação:** Mattos Santana Advogados Associados.

Assunto: Registro de Sociedade de Advogados. **13. Processo nº 2013/4371. Requerentes:** Marcelo Gurgel Pereira da Silva e Winder Oliveira Garcia. **Denominação:** Marcelo Gurgel e Advogados Associados S/S. **Assunto:** Alteração do Registro de Sociedade de Advogados. **14. Processo nº 201/5210. Requerentes:** Victor Alencar de Mendonça e Thiago Camargo Lopes. **Denominação:** Alencar & Lopes Advocacia e Consultoria Jurídica S/S. **Assunto:** Registro de Sociedade de Advogados. **15. Processo nº 1991/2568. Requerentes:** Anaymur Cassyus de Oliveira e Pedro Felipe Andrade Silva Vieira. **Denominação:** Anaymur Cassyus Vieira de Oliveira Advocacia. **Assunto:** Alteração do Registro de Sociedade de Advogados. **Todos os atos da Presidência e da Vice-Presidência relativos às sociedades de advogados foram referendados. 3.3. Processos com julgamento iniciado: 3.3.1. Processo nº 2014/5691. Requerente:** Gabriel Alves Cury. **Assunto:** Pedido de Criação de Comissão do Advogado Corporativo. **Relator:** Conselheiro Thiago Vinicius Vieira Miranda. Processo em secretaria, com *vista* aos Conselheiros Arlete Mesquita e Leonardo Bezerra Cunha. Continuação do julgamento adiado em virtude da ausência do Relator. **3.3.2. Processo nº 1998/2224. Recorrente:** Esmerinda Dias Batista e Souza. **Recorrido:** OAB-GO. **Assunto:** Inscrição no Quadro de Advogados. **Relatora:** Conselheira Chyntia Aquino da Costa Barcellos Milazzo. Processo com *vista* ao Conselheiro Samuel Junio Pereira. Continuação do julgamento adiado a pedido da Mesa Diretora. Continuação do julgamento adiado a pedido da Diretoria. **3.4. Processos com julgamento adiado: 3.4.1. Processo nº 2014/5843. Requerente:** Isanulfo de Abreu Cordeiro. **Assunto:** Pedido de criação de Comissão para tratar de questões ligadas a migração, refúgio e retorno. **Relator:** Conselheiro Werley Carlos de Souza. Dando início ao julgamento do processo em referência, o Conselheiro Relator procedeu à leitura do relatório e voto, manifestando-se no sentido de indeferir a criação da comissão, com a sugestão de integração da matéria à comissão já existente de Comissão de Direitos Humanos. Colocada a matéria em discussão, manifestaram-se os Conselheiros Haroldo José Rosa Machado Neto, Leonardo Bezerra Cunha, Mônica Araújo de Moura. Colocada a matéria em votação, à unanimidade, foi acolhido o voto do Relator. **3.4.2. Processo nº 2012/6537. Requerente:** Diego Estevão Amaral. **Requeridos:** Daniel – Policial Militar Tenente e Nicolau – Policial Militar. **Assunto:** Pedido de providências. **Relator:** Conselheiro Hyulley Aquino Machado. Julgamento adiado em virtude da ausência do Relator. **3.4.3. Processo nº 2014/4247. Interessada:** OAB-GO. **Assunto:** Prestação de Contas e Relatório de Atividades do exercício de 2013. **Relator:** Conselheiro Dyogo Crosara. Dando início ao julgamento do processo em referência, o Conselheiro Relator procedeu à leitura do relatório e voto, manifestando-se no sentido de pela aprovação do relatório e atividades e contas da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás. Colocada a matéria em discussão, o Conselheiro Murillo Macedo Lôbo pediu *vista* dos autos, que foi indeferido pela Presidência, sob o argumento de que o

processo entrou em pauta no dia 05/11/2014 e foi adiado o seu julgamento para esta sessão (19/11/2014), a fim de que todos pudessem ter acesso aos autos antes do seu julgamento, inclusive, pelo fato de ter sido encaminhado cópia do referido processo ao Dr. Murillo Macedo Lôbo. O Conselheiro Murillo Macedo Lôbo registrou que, regimentalmente, tem direito de ter *vista* dos autos. O Sr. Presidente ratificou o indeferimento. O Conselheiro Leonardo Bezerra Cunha indagou se a Tesouraria está cumprindo os objetos do Provimento 101 e se dentro do cumprimento do 101, se há a necessidade, a obrigatoriedade de reanálise de algum ato, se o CFOAB tem o poder de reanalise. O Diretor Tesoureiro Enil Henrique de Souza Filho esclareceu que antes da prestação de contas ser apresentada no Conselho Seccional, tem que se observar que as contas são elaboradas pelo financeiro e administrativo, acompanhado pelo contabilidade. Passada esta etapa, os documentos são encaminhados para uma auditoria independente, que fará a análise e um relatório destas contas, que após é encaminhado à Comissão de Orçamento e Conta, que são responsáveis pela análise financeira e administrativa, também, apresentando um relatório para aprovação ou não das contas para a Diretoria, que distribui para um relator no âmbito do Conselho que faz a análise da documentação a ser encaminhada com base no Provimento acima mencionado. Após avaliada e dando as contas como prestadas, estas são encaminhadas ao CFOAB, que fará uma nova auditoria interna e nova avaliação. Em seguida, o processo é distribuído à Terceira Câmara, que tem competência para analisar e julgar por aprovada ou não. Colocada a matéria em votação, à unanimidade, aprovado o relatório de atividades e contas da OAB/GO, nos termos do voto do Relator. O Conselheiro Murillo Macedo Lôbo se absteve de votar, vez que não teve *vista* dos autos, regimentalmente. Acórdão lido, aprovado e assinado, com ordem de afixação no placar. **3.5. Julgamento de Processos / Pauta do dia: 3.5.1. Processo nº 2011/6451. Requerente:** Eliane Rodrigues Nunes Ribeiro. **Assunto:** Pedido de restabelecimento de convênio entre as IES (PUC, Universo e UFG) colocando os alunos pesquisadores à disposição da CDH. Dando início ao julgamento do processo em referência, o Conselheiro Relator procedeu à leitura do relatório e voto, manifestando-se no sentido de que seja deferido o requerimento para que seja autorizado o convênio entre as instituições de Ensino Superior, colocando os alunos-pesquisadores à disposição da Comissão de Direitos Humanos. Colocada a matéria em discussão e votação, à unanimidade, foi acolhido o voto do Relator. A leitura do acórdão foi adiado para a próxima sessão prevista para o dia 03/12/2014. **Relator:** Conselheiro Geraldo Augusto Mateus. **4. LEITURA, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES REALIZADAS NOS DIAS 10/09/2014 E 05/11/2014.** Aprovadas à unanimidade, sem retificações. **5. EXPEDIENTE E COMUNICAÇÕES DOS PRESENTES.** O Conselheiro José Divino Morais fez uso da palavra e na condição de representante dos Presidentes de Subseção da OAB/GO, registrando que foi incumbido de trazer ao

Conselho uma moção de apoio realizada hoje, durante almoço com os Presidentes de Subseção da OAB/GO. À oportunidade, fez a leitura da referida moção: "Moção de Apoio. Goiânia, 13 de novembro de 2014. Os presidentes de Subseções da OAB/GO que abaixo subscrevem manifestam total apoio ao Conselho Seccional e à diretoria da instituição, notadamente à sua Presidência, e externam repúdio a qualquer atitude que coloque em dúvida a lisura e a transparência da administração da entidade. Eleita pela categoria para conduzir os desígnios da advocacia goiana, a diretoria da OAB-GO sempre pautou suas ações com responsabilidade, independência e ética. Os presidentes de Subseções, portanto, rejeitam qualquer tentativa leviana de desmoralizar a administração da OAB-GO, prejudicando, dessa forma, não apenas aqueles escolhidos para liderar a categoria, mas, sim, toda a advocacia goiana. Adriana Vasconcelos Siqueira Freitas – Vice-Presidente da Subseção de Anápolis; Ivo de Melo Franco Neto – Tesoureiro da Subseção de Ap. de Goiânia; José Nonato – Presidente da Subseção de Bela Vista; Randall de Melo Gomes – Presidente da Subseção de Catalão; José Barreto Neto – Presidente da Subseção de Ceres; Miguel Alexandre Filho – Presidente da Subseção de Cristalina; Henrique de Oliveira Brito – Presidente da Subseção de Firminópolis; Marco Aurélio B. de Matos Azevdo – Presidente da Subseção de Formosa; Haroldo José Rosa Machado Filho – Presidente da Subseção de Goiás; Maria Jacinta da Silva – Presidente da Subseção de Inhumas; Milton Célio Batista – Presidente da Subseção de Itaberaí; Gary Elder da Costa – Presidente da Subseção de Itapuranga; Marcelo Meinberg Geraige – Presidente da Subseção de Itumbiara; Simone Oliveira Gomes – Presidente da Subseção de Jataí; Carmino Ferreira dos Santos – Presidente da Subseção de Jussara; Nilson Ribeiro Spíndola – Presidente da Subseção de Niquelândia; Carlos Alves Cruvinel de Lima – Presidente da Subseção de Piracanjuba; Saulo Medeiros Júnior – Presidente da Subseção de Pires do Rio; Hélio Bertoldo Gomes – Presidente da Subseção de Planaltina de Goiás; Edson Mortari – Presidente da Subseção de Pontalina; Victor Marques M. Ferreira – Presidente da Subseção de Porangatu; Abelardo José de Moura – Presidente da Subseção de Quirinópolis; Mardem Douglas Araújo Borges - Presidente da Subseção de Rio Verde; Achiles João da Silva – Presidente da Subseção de Rubiataba; Adílio Evangelista Carneiro – Presidente da Subseção de Santa Helena de Goiás." Com a palavra, o Presidente Henrique Tibúrcio disse: "*Eu quero fazer de público o agradecimento aos Presidentes de Subseção, a forma absolutamente carinhosa com que fazem essa moção de apoio à esta Diretoria, à esta Presidência e aos Conselheiros, que tem tido um compromisso muito grande com a instituição, com sua preservação, com sua honradez, com a sua valorização. Nós temos sistematicamente, em alguns momentos, sido atingidos, muitas vezes, de forma bastante leviana, até contundente, por críticas que se são bem vindas, normalmente, as críticas quem tenham o espírito da contribuição, ou mesmo aquelas que não tenham esse espírito, mas que sejam feitas dentro do foro adequado,*

dentro da forma adequada e não com propósitos outros que não sejam o de contribuir com a instituição. Eu acho que as pessoas passam, e a instituição é o mais importante, é o que precisa ser preservado. Mas feliz fiquei, viu José Divino, que representa todas as Subseções no Conselho e me deu a notícia e me convidou para o almoço hoje, dizendo que todos os presidentes com quem ele falou, se não me engano ficou faltando dois ou três que ele não conseguiu contato, mas que todos com quem ele conversou foram prontamente, atenderam a esse convite e acenderam imediatamente em assinar uma nota de apoio. Eu confesso se quer tinha pensado nisso, mas isso nos dá uma força muito grande e uma certeza muito grande, que mesmo sabendo que erramos, e erramos muitas vezes, porque falíveis que somos, nós também temos reconhecido, principalmente por todos aqueles que tem compromisso com a Ordem, que são gestores dela também. Esse reconhecimento de que esse nosso papel é um papel que é feito com seriedade, que é traduzido na maior responsabilidade, com que essa instituição foi dirigida. Muito obrigado, meus amigos. Os considero assim, amigos. Principalmente pela presença de vários de vocês aqui. Eu sei que nem todos puderam ficar, estiveram presentes no almoço, mas não puderam ficar. Alguns vieram de muito longe, mas vejo ainda muitos Presidentes aqui para fazer essa manifestação de apoio. E isso para nós chega, eu não tenho dúvida nenhuma, a emocionar, eu tenho certeza, a toda Diretoria e a todo Conselho também receber um apoio tão coeso e principalmente tão maciço como esse que nós estamos recebendo agora. Então muito obrigado a todos vocês. É uma honra para mim poder dirigir esse Conselho, poder ser o Presidente de uma instituição que tem pessoas dessa qualidade, desse gabarito, muito obrigado!". Em seguida manifestaram os seguintes Conselheiros: - Flávio Buonaduce Borges: *"Eu gostaria de me alinhar a essa nota, a essa moção que os Presidente de Subseções fizeram, porque na verdade ela expressa, eu acho, que o sentimento de várias outras pessoas e pelo menos é o meu sentimento específico e pessoal, porque isso ocorreu exatamente em função da publicação que foi feita no jornal "O Popular" semana passada, onde o Conselheiro Murillo Lôbo encaminhou uma informação. Informando ou afirmando, o que é pior, que esta instituição estaria a serviço do Governo. Eu repudio essa afirmação, eu nego essa afirmação, desafio o Conselheiro Murillo Lôbo a dizer que instituição está à disposição. Eu não estou. E quando eu falo instituição, ele mais uma vez erra em generalizar uma afirmação. Respeito demais a postura dele, se ele quiser criticar as vezes as decisões do Presidente, agora instituição não tem nada a ver com isso. Nem o Dr. Murillo está à disposição do Governo. Então eu gostaria de me alinhar a essa manifestação dos Presidentes de Subseção, que vem realmente a calhar. Eu acho que passado o momento de discutirmos isso e deixar claro que a instituição não pode se misturar com a figura de um Diretor, de um Presidente. Na hora que ele fala instituição ele está atingindo ao Conselho, a todos os membros das Subseções, Presidentes, Diretorias, aos membros do Tribunal de*

Ética e Disciplina, dos mais de 3.000 mil advogados que estão vinculados às Comissões. Todos nós somos advogados e se existe alguém a serviço ou se esta instituição estiver a serviço de alguém, é do advogado goiano e jamais do Governo. Por isso eu faço questão de registrar isso aqui, porque está passado da hora de deixarmos claro, que um coisa é o posicionamento pessoal, que se indique, que se respeite esse posicionamento individual, mas que jamais generalize como aconteceu novamente, alegando que a instituição está a serviço de A ou de B. Eu nunca estive no palácio para falar qualquer coisa em relação a essa política ou essa eleição. E repito, eu desafio o Conselheiro Murillo Lôbo a falar o que foi feito nesta instituição a favor do Governo, para dizer que ela está à sua disposição. É só isso Presidente. – André Luiz Ignácio de Almeida: *"Presidente eu com a permissiva vênia, sem delongas, eu quero fazer minhas na sua integralidade as palavras do Conselheiro Flávio.* – Eurico de Souza: *"Senhor Presidente e Conselheiros eu fui solicitado pelo Presidente da Subseção de Caipônia Jamar Junior e não poderia comparecer a assinar esse documento. E quero fazer em nome do Presidente. E quero aproveitar que tenho a honra de ser o Conselheiro mais antigo da OAB Forte aqui, nesta Seccional. Já estamos aqui a vinte anos, sete mandatos consecutivos. Tenho a honra de ter sido convidado pelo saudoso Eli Alves Forte, quando o nosso Conselheiro Otávio Alves Forte ainda era uma criança. Eu estou aqui desde 95. Lutamos muito nesses anos todos por essa marca OAB Forte. Tenho visto o acirramento da divergência do Murillo com relação à Diretoria e fiz questão de antes de começar a sessão, posicionar a ele, pessoalmente, a minha posição, que embora considerando a amizade e a consideração que tenho por ele, iria me alinhar ao projeto OAB Forte como sempre fiz aqui. Lamento muito esse distanciamento do Murillo, que considero ser um dos Conselheiros mais cultos aqui da Casa e sem dúvida que com grandes serviços prestados aqui. Não só em posicionamentos, mas em questões importantes, como a Comissão de Acompanhamento Forense, como Eleitoral. Ele tem um grande serviço prestado, eu lamento muito esse distanciamento do Murillo. Pessoalmente eu lamento ainda mais porque tenho por ele uma grande amizade e ele sabe disso. Mas eu não poderia deixar de dizer que eu estou também concordando com essa nota e dizendo que lamento que essa questão interna corporis seja levado a público, de forma que atinge não só a instituição, como o grande projeto que temos construído com a OAB Forte. Quero registrar meu posicionamento nesse sentido."* – Alan Ribeiro Silva: *"Me causa também preocupação, quando vi essa publicidade. Como bem disse o Eurico, que já está aqui a vinte anos. Eu não estou a vinte no Conselho, mas vai para dezoito, somados os quatro anos de Conselheiro, com mais seis anos de Presidencia da Subseção de Quirinópolis, por tanto todo esse grupo. Mesmo antes de ser classista, lá em Quirinópolis a gente estava junto e eu tenho visto realmente que tem um objetivo único de fortalecer o grupo, mas vez por outra ocorre esses deslizes e distorções. As vezes alguma opinião*

forte, começa a desagregar. Isso me preocupou, porque também vi no watsapp os comentários, algumas situações. Inclusive, fiz uma manifestação leve e acho importante que tenhamos um pouco de controle nessas manifestações de mídia social para o bem estar da própria Ordem, para a nossa comunhão interna, dentro da instituição. Acredito eu, como disse o Flávio, o Eurico, o Conselheiro Murillo é batalhador, companheiro junto, já lutamos, fizemos muito trabalho juntos e ele tem realmente prestado muitos serviços. Mas temos que ter o cuidado com nossas manifestações e procurar trazer os zeras aqui no lugar do embate. Aqui, dentro da própria sessão institucional e não levarmos para a mídia, para expor a instituição e o grupo como um todo para a sociedade. Porque fica parecendo que a instituição enfraqueceu ou que não tem um valor e isso não é verdade, porque a instituição é muito forte, é grande e está muito acima de todos nós. Não somos ninguém, estamos de passagem e amanhã, só vamos dizer "lá eu estive". E ela permaneceu e continuará com certeza absoluta com os novos dirigentes, com os novos conselheiros, que nos sucederão e que só vem para cá com certeza as pessoas que estão imbuídos da boa intenção, não para questões de promoção pessoal, mas para desenvolver um trabalho para a sociedade, como um todo, porque todo mundo sabe, nosso trabalho é voluntário, é árduo, mas nós o fazemos porque gostamos e amamos a instituição. Lamento isso, faço minhas palavras dos colegas e só peço aos colegas, que quando houver uma divergência, que traga aqui para o campo do debate, dentro da instituição, dentro da sessão." – Júlio César do Valle Vieira Machado – Presidente da CASAG: *"Senhor Presidente, senhores presidentes de Subseções, Conselheiros, nós na Caixa sentimos também ofendidos com algumas manifestações, não especificamente as ditas pelo Dr. Flávio, mas outras lançando dúvidas sobre a administração da Casa, quando também lançam dúvida sobre a administração feita pelo Dr. Henrique. O Presidente Henrique não é somente o Presidente deste Conselho, é também o Presidente da Caixa. Lá estou como Presidente, desempenhando o papel institucional, mas o que ecoa na sala de reunião é voz do Dr. Henrique, através da minha, porque lá ele também é o Presidente, lá ele orienta o caminho, os passos a serem seguidos. E quando temos dúvidas Senhor Presidente, fazemos como fizemos o ano passado, recorremos a Vossa Excelência para nos orientar. E quando Vossa Excelência também tem dúvida, fazemos como fazemos sempre, buscamos juntos ao Conselho Federal, a solução e as consultas, como já fizemos e formulamos várias. E todas a decisões, e todos os atos praticados dentro daquela Casa, que é o braço assistencialista dessa, foram feitas sob análise desse Conselho ou do Conselho Federal. E por esse motivo e por solidariedade a Vossa Excelência, e solidário a todas as manifestações que me antecederam, faço aqui presente, trazendo comigo a Diretoria da Caixa, a Diretoria que trabalha efetivamente, a Diretoria que está diuturnamente despachando e cuidando do interesse da advocacia através da Caixa de Assistência. Então Sr. Presidente sinta-se por nós, também*

abraçados, indignados e, realmente, façamos o que ouvi hoje no almoço, se for para pelear com as palavras, faremos até amanhecer, nas armas não, na covardia, também não, na traição, também não. Somos homens suficientes para falarmos na cara, no campo, no local certo." – Julio Meirelles-Secretário-Geral: *"Senhor Presidente, eu também gostaria de me manifestar de forma bem breve e eu vou fazer de forma breve não só o que o caso requer, mas também, pelo meu estado de saúde. Não vou fazer na condição de Diretor, não. É na condição de um advogado que aprendeu a amar a OAB. Eu há cerca de nove anos eu luto com unhas e dentes, diariamente, horas do meu dia, em prol desta instituição. Costumo dizer que entre o advogado e a advocacia, eu fico com a OAB. Alguns aqui sabem que eu estava viajando e o lugar que eu estava, eu fiquei alguns dias sem internet. Quando eu consegui conexão com a internet, num determinado dia e conversando até com uma Conselheira pelo watsapp, perguntei a ela sobre as notícias da OAB e ela pediu para que eu observasse determinada notícia de determinado dia. Eu, assim que terminei o contato com ela, e aqui estou fazendo um desabafo. Assim que eu terminei o contanto com ela, eu fui buscar essa notícia que ela apontou e era uma manhã para mim muito agradável, estava com minha família, com minhas filhas e quando eu li a notícia, eu confesso a vocês, meu dia estragou. O que eu vi, é um ato de alguém sujando a Ordem dos Advogados do Brasil, o nome, o bom nome, que sempre ostentou. Então o que faço aqui não é nem me filiar a uma moção, porque isso é redundância. Eu estou me sentido ofendido, fui ofendido e eu estou sinceramente machucado, machucado com esse tipo de atitude. Quando eu vi, eu confesso a vocês, eu passei de um dia alegre, para um dia muito triste. É lamentável que isso aconteça. Quando alguém quer o bem de alguma coisa não toma esse tipo de atitude, dentro de casa, quando alguém, você quer corrigir alguma coisa, você não lança isso aos quatro cantos para que seja notícia. E quando a gente vê esse tipo de coisa por interesses outros é sinceramente lamentável. Então fica aqui meu desabafo e o meu repúdio a esse tipo de atitude, a esse tipo de ato, a esse tipo de informação. Senhor Presidente."* – Conselheiro Rafael Lara Martins: *"Presidente, a gente não tem uma sessão institucional amanhã? Porque esse é um assunto que a gente precisa tratar na sessão institucional amanhã, inclusive, eu me manifestei contrário à nota que o Murillo fez. Acho que ele errou, falei isso para ele também. Mas parece que a gente marcou uma sessão institucional naquele dia da lista sêxtupla aqui, combinando de não ficar lavando roupa suja na frente de visitantes, estamos reclamando de levar para o jornal, e estamos aí lavando um monte de roupa suja na frente de um monte de visitantes. Eu quero criticar o Murillo também, mas eu gostaria de criticar amanhã."* – Lorena Barbosa Carneiro: *"Tem que ser hoje, já começou, uai."* - Alexandre Prudente Marques: *"Está parecendo rolo compressor turbinado numa pessoa, todo mundo erra né. Também não estou gostando do tom que está tomando essa sessão não, Presidente."* – Murillo Macedo Lôbo: *"Aliás está tomando tom de censura de não*

poder falar nada aqui." – Lorena Barbosa Carneiro: *"Não uai, não acho que tem censura nenhuma não."* – Presidente Henrique Tibúrcio: *"Gente espera um minuto. Espera aí, só um pouquinho. Calma, calma. Eu vou pedir aos Senhores, vou pedir aos Senhores para que tenhamos, nó tenhamos, calma. Deixa eu dizer, aqui isso só começou porque os Presidentes vieram aqui, os Presidente vieram aqui, só para tratar desse assunto. Eu vou pedir mais uma vez, como fiz em outra ocasião, se todos forem falar no mesmo sentido, eu acho que já está dito. Eu acho que não precisamos mais insistir nesse assunto. Não é Dr. Alexandre Prudente, não é rolo compressor e nem foi combinado, posso te assegurar isso, tá. Sim, por isso estou fazendo uma mediação aqui. Meu propósito não é esse, nunca foi, nem quero fazê-lo. Até porque, acho que o assunto deve ser tratado, com tem que ser tratado. Naquela nota no jornal e acho que isso acabou sendo positivo, ali o Dr. Murillo afirma, ou deixa antever uma possível candidatura pela terceira via, ou que seja. Eu acho que isso passa a ser um debate eleitoral, que nós não precisamos tratar e eu não fazer isso."* – Conselheira Lorena Barbosa Carneiro: *"Presidente, pela Ordem. Já que começou a tratar. Já que alguns manifestaram, acho que quem tiver vontade seria cabível que manifestasse hoje."* – Conselheiro Cleuber Cardoso: *"Presidente, uma questão de ordem. Eu estou com uma preocupação com a sessão de amanhã, nós do interior, para nós é complexo, aparentemente, porque teríamos que ficar aqui amanhã o dia inteiro e à noite. Então nós ficaríamos quase dois dias fora do nosso trabalho. A minha sugestão, que a gente tratasse hoje as questões que seriam relevantes da sessão de amanhã, porque permitiria a nós do interior, para que pudéssemos retornar e dar continuidade. Uma questão pessoal, estou com dificuldade nisso amanhã, porque fiquei fora do escritório segunda e terça, num compromisso familiar e é uma pauta que em minha sugestão que a gente debatesse os temas relevantes hoje, porque estamos todos aqui e que fiquemos liberados amanhã, essa é minha sugestão. Se acatado, prometo até retirar minha inscrição."*. Após, o Sr. Presidente colocou a sugestão do Conselheiro Cleuber Cardoso em discussão e votação que, por maioria, ficou decidido que o assunto já iniciado seja finalizado ainda hoje, vez que estão presentes os Presidentes de Subseções que tem interesse no assunto. Decidiu também, que a sessão institucional marcada para o dia 20/11/2014 também seja realizada. Dando continuidade às manifestações, o Sr. Presidente abriu a palavra à Conselheira Lorena Barbosa Carneiro: *"Boa noite a todos. Eu já havia tratado com o Senhor, Presidente, e manifestado que eu me manifestei nas redes sociais, inclusive, levantei a questão de que não é momento de nos dissiparmos, porque a OAB está sendo atacada em todos os sentidos. A OAB Prev está sendo atacada, a CASAG está sendo atacada. Então acho que é momento de nos unirmos. Eu sou egressa de fora do Projeto OAB Forte, então tenho propriedade para falar da matéria. Estou com Vossa Excelência Presidente. Obrigada!"*. O Presidente Henrique Tibúrcio pediu que durante as manifestações que não fossem tratado sobre assuntos de cunho

eleitoral, vez que não permitirá que seja tratado referida matéria, vez que não é o momento e nem o local adequado. Prosseguindo, o Sr. Presidente passou a palavra Conselheiro Otávio Alves Forte: "*Boa noite Sr. Presidente e nobres Conselheiros. Eu ia até abrir mão da palavra, mas quero só destacar que a minha posição não se trata de nenhuma censura. Ao mesmo tempo que o Dr. Murillo tem a liberdade de mandar uma nota para O Popular e falar aquilo que ele está querendo, eu tenho também a liberdade de discordar da posição dele e falar aqui de frente na sessão que é o local apropriado. Mas poderia também, tem assessor de imprensa para isso, mandar uma nota para o "O Popular" e falar minha opinião, mas entendo que não é no "O Popular" que devemos colocar a ata da sessão da OAB. Nós devemos lavar a roupa suja e falar, como o Dr. Julio disse, aqui na sessão, olhando um par ao outro, até porque, até no final do ano que vem, todos nós seremos conselheiros, nós participaremos da mesma gestão, mesmo com opiniões contrária. Então não se trata de censura, se trata do exercício da democracia. A mesma democracia que permite se fazer críticas, permite a reação de quem não concorda com a opinião.*" – Conselheira Mônica Araújo de Moura: "*Eu não quero me tornar repetitiva, até porque vários Conselheiros já conseguiram expor a opinião, mas eu também, gostaria de falar diretamente para o Dr. Murillo, até porque é um Conselheiro o qual eu tinha uma admiração muito grande. Esse é meu primeiro mandato como Conselheira, assim como outros Conselheiros aqui, também, estão na mesma situação que eu. Até por não termos a mesma experiência que os outros possuem de quinze, vinte anos de OAB. Nós também estamos sentido ofendidos com estas manifestações, sem saber o real motivo, porque estamos aqui trabalhando arduamente para a instituição. Assim como para nós, também, e eu não entendo o que está acontecendo. A gente precisaria de uma explicação, até para a gente possa ter mais credibilidade em estar aqui trabalhando, até porque o Dr. Murillo é um colega nosso de profissão e de instituição, um conselheiro renomado, se não me engano tem mais de dez anos aqui no Conselho. Então uma pessoa que a gente admirava muito, começa a lançar essa coisas e as pessoas que conhecem o nosso trabalho chegam até nós fazendo indagações por essas coisas que estão aparecendo nos jornais. E nós as vezes não sabemos responder a essas alegações de caixa preta, de contas. Eu também me sinto ofendida assim como outros conselheiros mencionaram, porque eu faço parte da instituição e estou aqui todos os dias e luto por um projeto que é de todo mundo, uma equipe, por todo o Conselho e toda instituição, por todos os advogados do Estado de Goiás. Então eu me sinto entristecida com isso. Acho que nós devemos realmente tratar disso aqui, por isso pedi a palavra para manifestar esse descontentamento. E não é uma forma de exigência, mas que eu gostaria muito que ele se explicasse em relação a todas essas coisas que estão acontecendo.*" – Conselheiro Samuel Junio Pereira: "*Boa noite a todos. Eu só queria endossar as palavras da Mônica e do Julio, porque eu pessoalmente estou triste, entendeu?! Com tudo que vem*

acontecendo, não estou gostando do rumo que as coisas estão tomando, porque, infelizmente, estamos deixando de tratar da instituição, levando para o campo de batalha. Eu acho que temos que parar e pensar quem é mais importante, com discussões tão pequenas. A instituição é muito mais importante do todo mundo que está aqui dentro. Faço das palavras aqui do Otávio, todo mundo aqui tem direito de falar. Faço aqui as palavras da Mônica, porque eu fui cobrado por isso e não sei responder. Eu simplesmente não consegui responder. E me desculpem se estou ofendendo alguém aqui, mas não consegui responder. Então eu faço aqui as palavras da Mônica e fica aqui meu entristecimento, entendeu?!. Eu trabalho pela Ordem, abro mão da minha família, abro mão do meu trabalho, abro mão de tudo para estar aqui. Infelizmente eu fico triste. É isso que quero deixar registrado minha parte de tristeza. Obrigado Presidente." – Alexandre Ramos Caiado: *"O que eu tenho a dizer é que todo mundo tem seu trabalho. Todo mundo que está aqui, todo mundo do Conselho, tem suas prerrogativas, tem suas funções e isso aqui é um Conselho, onde existem divergências, existem convergências, onde dá um rumo e sentido para a Ordem. Eu não assisti neste Conselho um indicativo de apoiar Governo A, B ou C, para se dizer anexo de Governo. Não assisti nenhuma votação, se não me falhe a memória, não teve nenhuma votação nesse sentido. É a posição pessoal de cada membro deste Conselho acho que há de ser respeitada. Posição política pessoal, time de futebol, se quiser tomar posição de gênero, qualquer que seja a posição, como indivíduo que somos, cada um de nós temos o direito a nos manifestarmos da forma que entendermos. Isso é uma realidade. Eu não vi dessa Diretoria, deste Conselho, ou desta Presidência, nada que apontasse nesse sentido que foi apontado na nota. Eu presenciei aqui as sabatinas de todos os candidatos ao Governo e ao Senado. Eu não vi privilégio para quem quer que seja. Eu vi um processo democrático ser desenvolvido dentro de uma casa da democracia, que é a OAB. Então eu fico pensando, "porque questões pessoais são colocadas como sendo questão de um consenso, de um Conselho". Não pode, temos que respeitar o pão o nosso de cada um. Eu vou falar do trabalho que exerço, como Presidente da Comissão de Prerrogativas. Aqui nós temos vários Conselheiros, vários advogados, presidentes de Subseção. Quantas das vezes fui acionado qualquer hora do dia ou da noite, a Comissão foi acionada, isso nos últimos onze anos, que faço parte da Comissão de Prerrogativas. De madrugada, três horas da manhã, quatro horas da manhã. Vesti o terno e fui atender um colega advogado. Nunca pedi nota "a Dr. Alexandre Caiado fez isso, fez aquilo". Nunca vi ninguém fazer isso em nota de jornal. Mas basta ter um desentendimento pequeno que seja, que eu acho muito pequeno esses desentendimentos pessoais, para colocar o Conselho como se fosse um anexo do palácio, uma caixa preta. Eu me preocupo com essa questão, preocupo, principalmente, porque, meu velho pai, com 84 anos de idade, 61 anos de advocacia, veio me questionar "uai meu filho que história é essa de anexo do Governo? Conheço você, sei que*

você não tem nenhuma ligação com este Governo, nada", falei "nem a Ordem, não tem". Ali nós temos Conselheiros que tem simpatia pelo PT, pelo PC do B, pelo PMDB, pelo PSDB, uns torcem para o Corinthians, outros torcem para o Flamengo, outros Vila Nova, outros Goiás. Então eu vejo que quando um de nós tivermos com uma vontade de manifestar, manifestemos diretamente a quem nós queremos falar e não generalizar, porque quem generaliza acaba incorrendo no erro. Eu acho que não é por aí, essa a segunda vez que vem essa generalização. Eu assisti isso há uns tempos atrás, quando um ex-conselheiro começou a atacar a Comissão de Prerrogativas porque não tinha discurso, porque não construiu discurso. E nessa época eu só era membro da CDP, nem presidente era. Quer dizer, cria-se um discurso, a porque tem uma pretensão política, então paciência, busque seu espaço, não tentando denegrir o outro, mas construindo uma nova visão, com uma nova versão. Se não der conta, se não tem esse norte, então fique quieto." – Conselheiro Mário Ibrahim do Prado: *"Senhor Presidente, eu quero, vou reforçar aqui o requerimento que o nome Conselheiro Rafael Lara fez, eu também tenho uma grande preocupação para tratarmos desses temas numa sessão plenária, eu entendo que vamos expor mais ainda a instituição, do que todos nós, temos a certeza.."* – Presidente Henrique Tibúrcio: *"Eu posso te fazer uma colocação? A questão já foi exposta, aí a exposição negativa nós tratamos em público, a exposição de que nós estamos em defesa da instituição, nós tratamos só no privado? Se os conselheiros quiserem assim, assim será. Mas eu vou manter o direito dos conselheiros se manifestarem, faltam só dois também, que pouca diferença faz."* – Conselheiro Mário Ibrahim do Prado: *"O meu requerimento Vossa Excelência, seria numa próxima, eventual discussão dessa, a gente discutir numa sessão institucional. Acho assim, que toda gestão tem acertos, tem erros, nós erramos e os nossos erros, nós poderíamos discutir eles numa sessão institucional, para nós não expormos tanto a instituição, como está sendo feito."* - Conselheiro Rafael Lara Martin: *"Presidente, eu adiantei e confirmo, falei com o Dr. Murillo, que achei que foi equivocada a menção de dizer que a OAB está à disposição do Governo. Como todos os colegas aqui falaram, eu pertenço a OAB, sou conselheiro da OAB e não estou à disposição de ninguém. E sendo bastante objetivo, eu concordo e ratifico que a expressão foi equivocada, mas eu gostaria de chamar a atenção Presidente. Naquela época da lista, eu tive a oportunidade, quase todos vocês sabem, o Presidente sabe, de me reunir com o Conselheiro Murillo e alguns outros colegas, para a gente conversar um pouquinho sobre a Ordem. Uma das coisas que a gente falou e que pontuou com mais veemência é que não podemos confundir interesses pessoais, políticos, políticos-institucionais especificamente com a Ordem. Eu já ouvi até a bobagem que eu fui para oposição por causa daquela reunião e etc. Eu acho que temos que ter uma calma muito grande, porque nem existe oposição, não estamos em campanha, eu acho que todos estão aqui para fazer o mesmo trabalho, trabalho da classe. Eu não me senti representado, eu me senti até devendo*

diminuído, só que o cuidado que nós temos que fazer e é esse o ponto que eu quero levar em consideração é não ficar personalizando, eu até comentei que eu acho que o Murillo deveria até ser proibido de trazer assuntos aqui para o Conselho, porque se o Murillo trouxer o assunto de que a cortina tem que mudar de azul para vermelho é briga, entendeu. Então a gente tem que tomar esse cuidado, o Murillo, desculpa Conselheiro, falei isso para você, que mandou muito mal na nota, não deveria ter feito. Falei com verdade, mas acho que a gente tem que tomar cuidado nessas personalizações. Se for candidato de uma suposta terceira via, em oposição a nós aqui, como o Presidente disse, debate político tem que ser aberto e lá no foro adequado e não aqui no Conselho. Enquanto conselheiro eu gostaria de conclamar os colegas para enfrentarmos as questões da advocacia em prol da classe, como bem disse o Flávio na primeira palavra. Estamos aqui pelo advogado, mas fazermos isso de um forma clara, tranquila, amistosa e nos permitir divergir. É constrangedor divergir neste Conselho, data máxima vênia. É constrangedor divergir neste Conselho, parece que é um pecado, não pela Diretoria. Imagina, os colegas começam de repente achar ruim porque alguém divergiu, como se o fato de eu eventualmente divergir em algum ponto do Presidente, eu nunca tive essa restrição com o Presidente, significasse que eu sou contra o Presidente e muito pelo contrário, estou aqui para construir juntos, um grupo pela advocacia e pela Ordem, como nós fazemos." – Conselheiro Cleuber Cardoso: *"Eu só queria relembrar a frase que eu deixei no watsapp, eu sou conselheiro novo, apesar de um homem mais maduro, né Eliomar e eu considero diferente de uma parte dos Conselheiros. Um pouco normal e natural a divergência, o debate e o contraditório. A minha experiência de vida me fez compreender, e com os anos e os cabelos brancos, ser mais tolerante com as divergências. Contundo, eu acho que não podemos permitir, uma coisa que é normal e natural, que é a antecipação sucessório do Conselho. Isso compromete a gestão. Quando a gente assiste na política gestores, com direito a reeleição adiarem, porque a partir do momento que você antecipa o debate sucessório você compromete todo o trabalho de gestão desse grupo. Então o apelo que faço, aos Conselheiros, a todos, eu tive o cuidado, ultimamente, no período eleitoral, me manifestar com bastante moderação, viu Presidente, sobre questões eleitorais. Me reservei a umas pequenas pitadas de provocação aos adversários, porque minha opinião política era minoritária entre os Conselheiros. Felizmente a minha saiu vitoriosa, a maioria da população brasileira. Mas minoritário aqui, me reservei um pouco, tendo um pouco de cuidado. Só relembrando. Mas eu acho que o apelo que fiz, o apelo que fiz e faço é que nós recoloquemos a ordem do trilho. O processo político-eleitoral não deixa de interferir nas nossas vidas, interferir bastante. Só que esse processo já foi ultrapassado. Apesar, que considero que alguns tentam manter vivo o terceiro turno, a OAB não pode se permitir. E o Presidente foi bastante claro quanto a isto, a opinião pessoal dele faço delas a minha. A figura do impeachment é*

matéria a ser colocada, discutida hoje. Então eu acho que esse tema eleitoral passou. O que nos cabe hoje é recolocar a Ordem nos trilhos. Queria dizer que o nosso papel agora é de nos esforçarmos e superarmos o processo eleitoral. Passou, os vitoriosos tem, mesmo minoritários aqui, o cuidado de preservar as relações. No caso de eleição a governador o inverso. Então acho que isso tudo passou e temos que construir aquilo que interessa aos advogados. Que é a unidade desse grupo, que garantirá uma gestão profícua a Ordem e aos interesses da advocacia de Goiás. Então meu chamamento hoje é ultrapassamos as eleições, bola pra frente, o jogo recomeça e as eleições da OAB serão tratadas tempestivamente, no momento oportuno." – Presidente Henrique Tibúrcio: *"E no foro adequado."* – Conselheiro Dyogo Crosara: *"Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, Presidentes de Subseções aqui presentes. De vez enquanto aqui na sala do Conselho eu me pego olhando ali pra trás e começo a ver a foto dos ex-presidentes e fico imaginando porque que esse grupo que preside a OAB, que afinal de contas nós somos um grupo, querendo ou não querendo, até 31 de dezembro do ano que vem nós somos, todos, um único grupo. Então porque esse grupo preside há tantos anos essa instituição. Não estamos aqui porque conquistamos a maioria do eleitorado dos advogados de graça. Nós estamos aqui porque a advocacia goiana reconhece nesse grupo, formado de pessoas, das mais diferentes áreas do direito, das mais diferentes tendências políticas, nós estamos aqui porque eles enxergam nesse grupo, algo para o advocacia. E é aí que a gente se pega, Presidente, nesse momento, e tentando fazer uma conta, quantas vezes nos últimos meses nós discutimos e a imprensa discutiu ações da OAB para a advocacia ou brigas internas dentro da OAB. Essa é uma pergunta que temos que responder, nós fomos eleitos os Presidentes de Subseções foram eleitos para quê? Para poder ficar lavando roupa suja do Conselho pela imprensa, ou para poder servir a advocacia. É essa atitude que nós ainda temos muito tempo para repensar dentro dessa gestão. Nós só ganhamos a eleição, quando eu digo dos retratos dos ex-presidentes aqui, porque esse grupo sempre foi unido. Porque todos os problemas foram resolvidos dentro do próprio grupo, que ninguém precisou ninguém de fora para explicar como se resolve um problema ou outro. "Ah, está faltando diálogo, está faltando uma melhor discussão". Mas até para ter diálogo, tem que ter abertura para esse diálogo. Até para ser companheiro, tem que ter abertura para ser companheiro. Está faltando então a gente, aqui talvez eu seja um dos mais novos conselheiros aqui, é meu primeiro mandato, então está longe de ser alguém que queira falar ou sugerir algo para alguém, mas, na verdade está faltando a gente saber o sentido de que a gente está aqui. O sentido é um sentido único, e é isso que esse momento conturbado pode nos trazer, esse momento pode nos trazer oportunidade de voltar para que nós sejamos um grupo unido, para que sejamos um grupo coeso e acima de tudo voltemos a trabalhar para a advocacia. Sessão institucional é para ser tratado assunto de como a OAB vai trazer melhoria para a advocacia e*

para o advogado. E o quê que estamos fazendo?! Discutindo assuntos que não interessam para a advocacia. Vamos voltar a saber o sentido daquilo pelo que a gente está aqui. É isso que a gente pede. É isso Presidente." – Presidente da Subseção da OAB-GO de Piracanjuba Carlos Alves Cruvinel de Lima: *"Senhor Presidente, Senhores Diretores, Senhores Conselheiros Estaduais, Federais, colegas Presidentes, senhores advogados, senhores e senhoras. Em primeiro lugar gostaria de esclarecer que quanto a matéria divulgada, como eu sou de uma região leitera, costumamos a madrugar bem cedo, já pelas 05:30 da manhã já estava lendo a matéria e desde o primeiro minuto achei que foi inoportuna a forma do protesto. Não só o que colocou sem entrar no mérito. Neste ponto, cito Rui Barbosa quando dizia que "não concordava com nenhuma das palavras dita pelo seu interlocutor, mas defenderia até sua morte o direito de dizê-las. Primeiro gostaríamos nós Presidentes, que aqui estamos hoje, primeiro prestigiando este excelente Conselho Estadual, que tem uma grande representação em nível federal, que a gente sempre vê elogios fora de Goiás, pelo Conselho nosso estadual. Em segundo lugar dizer que o foro de nós debatermos essas questões é interna corporis, nós precisamos discutir e temos os todos os direitos de discutirmos e temos todos o direito, nos incomodou veementemente colocações de âmbito coletivo e que mexe com a instituição lá no seu âmago, no que tem de mais profundo, uma instituição que conta mais de 67% de respeito e aprovação da população brasileira, com mais respeito que o Ministério Público, com mais respeito que o próprio judiciário. Não se pode dessa forma tentar jogá-la na vala comum, porque esse país anda passando. Por isso nós Presidente nos preocupamos e tomamos essa iniciativa de vir até aqui, não só para trazer a moção que foi passada a suas mãos, mas também trazer a nossa presença. Aqui estamos em quase 15 presidentes, na reunião de manhã estivemos em quase 40. Dizer que é unanimidade, que nós estejamos unidos, não unidos no tema, porque unanimidade é burra, é preciso que tenhamos divergências, mas a divergência no sentido de construir o melhor e o maior e não sentido de diminuir e dividir. A divergência é o grande aprimoramento dos ideais, e que nós buscamos é uma preocupação enorme com a advocacia melhor que Goiás precisa e nós temos tema extremamente relevantes. Queremos dizer, alguns conselheiros estaduais, que nós presidentes não somos e não nos sentimos visitantes, nós somos irmãos, co-irmãos e participantes deste Conselho. Estamos abertos a todos os debates que possam trazer melhores tempos, melhores dias para o advogado goiano. Obrigado Presidente."* – Presidente da Subseção da OAB-GO de Goiás, Haroldo José Rosa Machado Filho: *"Presidente, Diretoria, Conselheiros, colegas e amigos. Aqui sim, entendo que é o local de debate deste assunto, não lá fora. Nós presidentes de Subseções, como foi dita aqui pelo Carlinhos, nos sentimos como parte da OAB, como administradores da OAB. E administramos células da OAB, que compõem um todo e vocês aqui no Conselho. Não estamos aqui como visitantes, não estamos, não temos direito a*

voto, mas temos direito a voz e nessa condição estamos aqui hoje. Gostaria de dizer que dá nota que estamos aqui, externar aqui ao Conselheiro Murillo, que temos amizade por ele, porque o conhecemos e sabemos o seu trabalho realizado pela Ordem, mas não concordamos. Os presidentes de Subseções aqui, que falo em nome de todos do Presidentes de Subseções, não falo na primeira pessoa, não concordam com a forma que foi colocada. Primeiro, com relação a ser um apêndice do Governo, não somos, aqui nós temos vários Conselheiros, vários Presidentes com filiação partidária diversa da do Presidente ou de quem quer que seja. Então cada um com sua preferência política, partidária ou que seja. Nós não nos sentimos em momento algum como apêndice de Governo, qualquer que seja o governo. Segundo, com relação a prestação de contas da Ordem, se tem divergência, tem um Conselho aqui para apreciar, nós Presidentes de Subseções também fazemos nossas prestações de contas e encaminhamos para o Conselho, para que o Conselho nos fiscalize, e o Conselho é fiscalizado pelo Conselho Federal, como o Conselho também fiscaliza a CASAG e a ESA e todos os órgãos da Ordem. Então aqui sim se faz necessário a nossa busca de acerto ou erro dentro, não só da prestação de contas, mas de qualquer área da Ordem. E digo mais a Ordem só é forte e não faço aqui trocadilho com OAB Forte não. A ORDEM só é forte no momento em que nós também formos forte e tentarmos resolver nossos problemas aqui dentro. Dizia hoje o almoço, que nós não podemos os dar o luxo de ser fracos, o advogado não pode se dar ao luxo de ser fraco e nem filiar com uma instituição fraca, porque aí estaremos a mercê de juízes, promotores de todos que tentam nos tripudiar a todo momento. E a única força que nós temos é saber que estamos amparados por uma instituição que é forte. E se temos divergências, não importa que tenha e saudável que tenha, vamos discuti-las aqui dentro da nossa instituição, não lá fora. É essa a posição dos advogados, dos Presidentes de Subseções. E digo mais, de todos os advogados que estão no interior, que não são nada menos, nenhum pouco dos que da capital. Nós do interior estamos firmes, sabemos que a nossa importância e da nossa firmeza na condução da Ordem. Muito obrigado!". Após as manifestações dos Conselheiros e Presidentes de Subseções, o Sr. Presidente fez alguns esclarecimentos: *"Eu vou falar sobre isso aqui e é a última vez que eu vou tocar nesse assunto, mas acho que cabe esse esclarecimento. Quando se fala em instituição ou mesmo seu Presidente está a serviço de um governo, a serviço do palácio, e eu nunca escondi a minha filiação partidária. Eu tive coragem de fazê-lo em público, evidentemente, isso não se esconde, não é?! Porque isso demonstra uma afinidade minha pessoal ideológica com algum programa, com a forma de pensamento econômico, ideológica de um partido e tão somente isso. Quando se diz, portanto, que nós, ou que eu tenha sido leniente em relação ao Governo e não tenha agido com a devida incisão que se deveria ter com relação ao Governo, eu pedi para que nossa Assessoria fizesse um levantamento e ele não está pronto ainda. De todas as ações e eu digo de*

ações judiciais a ações institucionais, artigos, reuniões com secretários, reuniões com outros membros de Governo, a exigir do Governo Estadual posição em alguns temas, sobretudo num que foi falado muito, Segurança Pública. Nós realizamos aqui e os Senhores são testemunhas, três fóruns de Segurança Pública, com absoluta isenção e conduzidos com maestria pelo Dr. Rodrigo Lustosa, Presidente da Comissão de Segurança Pública. Isso aqui é um resumo, isso aqui é um ano, todos esses, essas páginas trazem. Uma notícia como "OAB debate segurança com especialistas e líderes comunitários", "A pedido da OAB Secretaria de Segurança Pública cobra apuração de casos de justiçamento", "Justiça Federal atende OAB e dispensa advogados autárquicos do registro de contas", numa ação que entramos contra o Estado. Nós temos mais três outras ações protocoladas contra o Estado de Goiás, "Visitas ao sistema prisional e críticas contundentes ao sistema prisional", "após vistoria Tibúrcio determina acompanhamento do sistema penitenciário", "OAB lançará esta semana coordenação de acompanhamento do sistema prisional', "Policial aponta arma para professor em sala de aula e OAB pede providências", "OAB é atendida pela Secretaria de Segurança Pública e proíbe porte de arma por policiais de folga", "OAB pede empenho na investigação dos homicídios contra mulheres", "OAB participa de debate sobre Segurança Pública", "Presidente da OAB se reúne com Secretário de Segurança Pública", "A pedido da OAB Tribunal de Contas do Estado vai fiscalizar aplicação de recursos destinados à Delegacias", "Pedido da OAB é atendido e Jardim América terá base da Polícia Militar", e assim uma outra infinidades de assuntos. Agora é evidente que o Presidente não tem muitas vezes nem a capacidade ou talvez nem aveve suficiente para conhecer todos os assuntos e cobrar todos. É por isso que temos comissões, é por isso que nós temos um Conselho. Se algum Conselheiro acha que nós somos lenientes em relação ao Governo Estadual, Municipal ou Federal, eu não me recordo e aí eu quero lançar não um desafio, mas um pedido aqui, qualquer Conselheiro, ou o Dr. Murillo, em especial, que me aponte qual providência ele requereu desta Diretoria aqui, que fosse tomada contra o Governo Estadual e que deixou de ser atendido, porque eu não me recordo de nenhuma. Então se eu fui leniente, contei com a colaboração, lamentavelmente, do Conselho, que não requereu uma providência que me escapou por algum motivo ou escapou de outros membros da Diretoria. Eu quero e volto a dizer, houve alguma ação que foi requerida por parte deste Conselho ou de algum Conselheiro em relação à OAB, que fosse tomada contra o Governo Estadual e que não tenha sido tomada. Eu volto a dizer, eu não me recordo. Há mais outras duas ações que devemos entrar contra o Governo Estadual nos próximos dias. Dr. Thiago sabe de uma, fruto da Comissão de Direito Tributário, que se refere ao ITCD e uma provalvemente outra, que eu não gostaria de adiantar ainda o assunto, até porque não quero que tenha vazamento na imprensa, antes que a gente possa, eventualmente, tomar essa medida. E a gente sabe que o que se fala em

público pode, eventualmente, vazar para imprensa. Então eu quero dizer que a minha maior certidão que tenho, felizmente, tenho a satisfação de poder dizer isso, a minha maior certidão de que agi com isenção em relação ao cenário político-partidário do nosso Estado. É que tivemos uma eleição para deputado federal, estadual, senador, governador e presidente da república, que ultrapassa um pouco a nossa alçada, disputadíssimas, essas eleições e não houve se quer um candidato ou uma instituição que tenha recebido qualquer crítica em relação à Ordem dos Advogados ou a seu Presidente por ele ter favorecido algo ou pendido para um lado A ou B, nenhuma, ao contrário, que há conselheiros aqui que estão de prova disso, alguns pedidos me forma feitos como por exemplo, "me forneça a mala direta, o endereço dos advogados, para que determinado candidato possa mandar propaganda". Não, não foi fornecido. Alguns outros pedidos, "ah o candidato tal quer falar numa sessão de entrega de carteira para 3.000 pessoas", não, eu indeferi, não permiti que isso acontecesse. Isso teve por parte do Ministério Público o reconhecimento público da isenção e da participação importantíssima da OAB no cenário político, ninguém tocou nesse ponto. Pelo contrário, nós fomos elogiados até pelos adversários do atual Governador, que foi reeleito, quanto ao papel da Ordem nas eleições. Tivemos um elogio público também por parte do Tribunal Regional Eleitoral, do papel que a OAB desempenhou. Então essa pecha de que estamos a serviço do Palácio é uma bobagem sem tamanho, é uma bobagem, lamento dizer Dr. Murillo, Vossa Excelência sabe disso, que não é isso que acontece. Não me chegou, repito, nenhum pedido de providência que deveria ou que alguém achou que deveria ser tomado, que eu tenha indeferido, engavetado, não tratado, levado com a barriga, para favorecer A ou B, isso vai ser sempre a minha conduta até o fim dessa gestão, dia em que passarmos ela para frente, 31 de dezembro de 2015. Feito esse esclarecimento eu não quero voltar nesse assunto mais, porque acho que não tenho que ficar dando justificativas, não para o Conselho, que a essa exceção, nunca questionou esse tipo de coisa, e a nenhuma outra instituição que também não tenha questionado. Quero deixar claro aqui a minha abertura e a minha disposição com que a gente resolva as nossas diferenças. Eu já falei isso uma vez, que a gente resolva nossas diferenças internamente e sentados e conversando, conversando civilizadamente na minha sala, na presença de outras pessoas, na presença dos conselheiros. Não tenho dificuldade nenhuma em tratar desses assuntos. Se o Dr. Murillo quiser eu estou pronto a recebe-lo amanhã, na sexta-feira, "oh, Henrique eu acho que tem isso, isso, isso, deveria ser diferente", perfeitamente vamos tratar disso. Porque isso acaba me causando alguma espécie também, quando a questão é colocada como se nós não quiséssemos fazer, por exemplo, uma proposta do Portal da Transparência, foi feita pelo Dr. Murillo, que foi relator, inclusive, do processo da aplicação da lei de acesso à informação na OAB. Nós não temos nada contra esse Portal da Transparência, absolutamente nada, muito pelo contrário, para mim é

um atestado que nós passamos da nossa transparência, da nossa lisura. Dr. Dyogo foi nomeado Relator não porque fossemos contra, para ele fazer um voto no sentido se deve ser feito ou não, mas no sentido de falar como vai ser feito, como é que esse Portal vai ser colocado, porque ele demanda, evidentemente, uma estrutura que vai ter que funcionar, uma estrutura, como é o organograma desse portal da transparência, o que ele vai conter, aonde ele vai abranger, como será o acesso dele, através da internet. O que eu vi recentemente um Portal da Transparência que você tem acesso a tudo, desde que você digite o número do contrato que você quer ver, ou seja, transparência zero, embora atenda a lei. E não é isso que nós queremos, queremos um portal em que as pessoas possam ter acesso a ele. E o Dyogo está, e eu tenho mantido conversas com ele, conversando com nossa assessoria para saber o que é que precisa ter, quais as informações, aonde nós vamos chegar, vamos poder consultar processo, não vai poder consultar processo, como é que isso vai ser, qual é a base, qual o berço tecnológico que vai segurar esse portal. Porque no nosso portal hoje já há determinação que ele contenha nossos balanços, nossas contas enviadas ao Conselho Federal, o relatório da auditoria independente, enfim, todas as informações que até o momento achamos que deveriam ser disponibilizadas, terão outras, que deverão ser disponibilizadas e que é bom que sejam disponibilizadas. Então não somos contra a ideia, mas quando o jornal coloca que um conselheiro fez esse pedido e o jornal, lamentavelmente, editou a minha resposta aquele dia, porque o jornalista me ligou e perguntou "o quê que o senhor acha disso", eu disse "eu gosto muito da ideia da transparência, gosto muito da ideia, tanto é que nós implementamos a lei de acesso à informação, embora a lei não nos obrigasse a fazer", o quê que saiu? A parte de cima falando da proposta do conselheiro Murillo, no sentido de se fazer um portal da transparência e a resposta do Presidente dizendo a lei não nos obriga a fazer isso. E aí ficou parecendo que nós queremos fazer porque a lei não nos obriga a fazer isso. O que é uma tremenda de uma inverdade, distribuição eletrônica de processos, para mim, Presidente da OAB, é a melhor coisa que pode acontecer, que está sendo feita, eu quero dizer que no máximo, se Deus quiser e der bom tempo aos nossos técnicos, eu conversei com o Leonardo ontem, em 30 dias a distribuição eletrônica para os processos ético-disciplinares instalada, porque aí sai, no nosso Código de Ética, é bom que se diga, não estamos cometendo ilegalidade nenhuma, ele fala claramente, a representação será autuda e o Presidente nomeará Relator, então o Presidente pode nomear relator, mas desde que cheguei aqui, eu determinei que fosse feita uma distribuição automática, mas está cheio de gente, de conselheiro que fala "Presidente está vindo processo demais para mim, segura lá", "oh Presidente não manda esse processo para mim não, poxa, olha o tamanho desse processo, esse processo é complexo demais", "ah, esse contra fulano de tal, tira da minha mão". Com a distribuição eletrônica eu não tenho mais, eu já tenho a justificativa pronta, não posso, não

tenho ingerência, é isso mesmo que vai para você, está indo muito?! É muito mesmo que vai, tenho muito processo lá, que você não gostaria de despachar, se dê por suspeito, mas, hoje ela é feita automaticamente, ou seja, cada novo processo que entra, entra na fila dos Conselheiros que estão relacionados em ordem alfabética, de forma igualitária, hoje vai o mesmo número para todos e muitos reclamam. Quero dizer até, não está aqui e ele não precisa disso, ele não precisa se defender, já que não é uma acusação, o próprio conselheiro que fez o pedido formal da distribuição eletrônica, Dr. Alex Neder, outro dia esteve conosco pedindo, porque o pai dele estava doente, pedindo para que não mandássemos mais processo para ele durante um período, porque ele estava, por justas razões, justificativas, passando por uma fase difícil. Então estou mostrando que isso acontece. Com a distribuição eletrônica isso tudo vai ficar facilitado na forma de ser feito essa distribuição. Ela vai ser, finalmente, graças a Deus, implantada. Não há portanto da nossa parte nenhuma razão para que isso não aconteça. Então é por isso que tratamos as coisas dessa forma, divergências eu lido com elas muito bem, muito bem. Já tivemos alguns embates aqui, que eu divergia, que outro divergia, sem problema, desde que elas sejam colocadas a favor da instituição. Esse é o nosso papel principal. E volto a dizer Murillo, estou à sua disposição, para a gente tratar de qualquer assunto que você quiser. Se a gente precisa usar essa palavras, uma proposta, um armistício, não vamos envolver o Conselho nessa questão de que a minha filiação partidária possa ter influência no Conselho, onde que eu em algum momento seja contra o portal da transparência, não existe isso, não existe isso. A minha ideia é de união, é de que possamos varrer para dentro e o Conselho possa andar, deslanchar, discutir questões que de fato interessam a categoria e que nós, assim como o Dyogo colocou, que nós possamos ver nos jornais notícias positivas e se amanhã algum de nós vai disputar uma eleição pelo lado oposto ao que está hoje, é um direito que cada um tem e que eu respeito muito, mas vamos deixar esse debate para o momento em que ele deve acontecer e com o sentido que nós vimos uma campanha eleitoral que acabou de acontecer, sobretudo a nível federal, de muito baixíssimo nível, em que tudo era desconstrução, tudo, de ambos os lados, desconstrução. Eu espero que nós tenhamos um discurso de construção, quem quiser dizer "olha eu vou fazer muito mais melhor do que foi feito", vai ser muito positivo para a categoria, muito positivo." Encerrada sua manifestação, o Sr. Presidente transferiu a palavra ao Conselheiro Murillo Macedo Lôbo: *"Muito obrigado, Sr. Presidente! Eu quero saudar os colegas do interior, Presidentes de Subseções, colegas do Conselho. Antes de fazer as ponderações Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma indagação ao Senhor e que o Senhor respondesse objetivamente, se assim o que quiser fazer. O Senhor vai assumir algum cargo no Governo?"* Presidente Henrique Tibúrcio: *"Até agora não, objetivamente. Vou responder objetivamente. Não recebi nenhum convite para isso. Não recebi um convite e tenho dito, se eventualmente receber um*

convite, porque vejo no jornal, mas não ouvi da boca do Governador nenhum convite nesse sentido. Se eu receber um convite, primeiro eu preciso saber para o que estou sendo convidado. Avaliar para o que estou sendo convidado, se eu aceito esse convite. Se eventualmente eu aceitar esse convite, evidentemente, o Conselho será, claro, informado. Mas hoje vejo isso com uma possibilidade muito menor do que continuar sendo Presidente da Ordem dos Advogados." – Conselheiro Murillo Macedo Lôbo: *"Então Vossa Excelência não descarta essa possibilidade?"* – Presidente Henrique Tibúrcio: *"Eu não descarto nada na vida."* – Conselheiro Murillo Macedo Lôbo: *"Está ótimo, está esclarecido. Eu queria colocar para os colegas aqui. Primeiro, registrar meu repúdio, nós temos um grupo no watsapp do Conselho e eu sofri alguns ataques pessoais. Eu acho absolutamente desnecessário, gratuito, porque expressei minha opinião, como advogado, como cidadão, como conselheiro, e eu acho que tenho todo o direito de fazê-lo, ainda que, qualquer pessoa, todos aqui, ou maioria, ou uma parte, discordem da minha opinião. Se fiz no foro adequado, se fiz no foro errado, esse é um problema de ordem pessoal, eu fiz, eu dei a opinião que eu achei que era correta e que eu venho sustentando desde o início, quando o Presidente se filiou ao PSDB, não numa época que seria natural, fora do momento de sinalização de candidatura. Nosso Presidente se filiou exatamente no último prazo, quando poderia se filiar para pleitear uma candidatura nas eleições desse ano. E daí, a partir daí, eu na época critiquei publicamente, em rede social, aqui na sessão, porque essa indicação de uma candidatura, por parte do Presidente, primeiro traia o projeto desse grupo, traia o compromisso assumido com a advocacia e sinalizava um projeto pessoal que não foi discutido com esse grupo e que não foi colocado por ocasião das eleições. Eu fui radicalmente contra, não que eu seja contra a filiação colegas, eu acho que todos nós temos que ter lado. Agora o momento foi o pior possível, porque isso foi explorado, o Presidente da OAB estava se filiando ao PSDB naquele momento, sinalizando uma candidatura que estava tentando viabilizar, se não era esse o propósito, porque não filiou depois desse prazo? Ora, ninguém aqui nasceu ontem. Então eu acho que desde esse momento, eu venho criticando o Presidente, abertamente, por essa opção, por dar essa indicação, porque não há como separar a pessoa do Presidente da OAB, do cidadão Henrique Tibúrcio. E ao fazer essa ligação estreita entre a Presidência da Ordem que tem a cara da Ordem, que é a cara do Conselho e um partido político e um candidato a um cargo majoritário, eu defendi e defendo que isso enfraquece a instituição. E não é a primeira vez que falo isso. Então se fiz o registro, e eu o mantenho, eu entendo que a posição do Presidente essa sim é a que enfraquece a instituição. Não é a minha colocação, é essa partidarização da Ordem, que sempre foi por excelência apartidária. Essa sinalização de candidatura e agora a especulação de assumir um cargo no governo, que o Presidente instado no nosso grupo não negou, como não negou agora. Então para mim, continua havendo um*

entendimento, a clareza de que há um projeto pessoal, que não é um projeto de grupo, que não é o projeto desse grupo, de entrar na carreira política e isso usando e arrastando e envolvendo o nome da OAB na política partidária e eu sou contra isso. E eu externei minha opinião, e defendo, e sustento. Não aceito ataque pessoal por defender a minha opinião como aconteceu no nosso grupo e o Presidente não fez nenhuma menção para que isso não acontecesse, o que é lamentável, porque ele deveria ser o mediador pela posição em que ele está, como, ainda que enfrentando uma opinião contrária, a nível institucional e aqui não vai nada de pessoal. Eu divirjo dessa condução, eu divirjo dessa opção. E quando eu disse que a Ordem ficou subordinado aqui ao Palácio das Esmeraldas, eu não estou falando de nenhum dos conselheiros e de nenhum Presidente de Subseção, que estão aqui, estou dizendo que o Presidente da OAB, ele tem a cara da OAB, no momento que ele fala que está coordenando a campanha de um candidato ao governo, sem nunca ter atuado na justiça eleitoral, ele está engajado naquela campanha e isso é explorado, como foi explorado pelos jornais, que a OAB, o Presidente da OAB estava apoiando o candidato, estava engajado, não como advogado, embora tenha se justificado que estava fazendo o trabalho como advogado, mas como vai coordenar uma campanha se não atuava na justiça eleitoral." – Presidente Henrique Tibúrcio: *"Vossa Excelência está questionando minha atuação profissional?"* – Conselheiro Murillo Macedo Lôbo: *"Não, eu não estou questionando sua atuação profissional, estou falando que na minha visão, eu posso estar errado, eu posso estar enganado, eu posso estar equivocado, agora é uma opinião, e eu exerço minha opinião e tenho que ter a liberdade de exercer sempre, em qualquer situação. Então eu acho sim que a instituição é maior do que qualquer divergência pessoal e eu acho que o uso que foi dado, esse engajamento político, prejudicou a instituição, não é o que eu digo, não é o mensageiro. A culpa do desgaste da nossa instituição, eu não sou o responsável, não fui eu que me filiei no momento de especulação, de sinalização, indicação de candidatura e nem fui eu que me engajei abertamente a uma campanha como Presidente da Ordem. Então a minha colocação é essa e eu posso estar errado, posso estar equivocado, mas eu jamais deixo de manifestar minha opinião. Vão fazer quinze anos que estou nesse Conselho, trabalhando arduamente, nunca deixei um processo prescrever em minha mão, presidi comissões importantes, relatei processo importantes aqui e sempre, defendi as opiniões que eu acredito, agradando ou desagradando, nunca também me preocupei em bajular, em agradar, em nada, preocupei em agir corretamente. Então me desculpo aqui com os colegas, que estiveram a suscetibilidade ferida, entendendo que eu os atingi, não era essa intenção. Eu acho que quem foi atingido, foi a Ordem e não foi por mim. Eu quero dizer aos colegas que eu respeito profundamente as opiniões contrárias, o Dr. Otávio foi muito feliz na colocação, eu respeito profundamente as divergências. Inclusive, eu acho que a divergência é parte da essência da nossa profissão.*

Infelizmente isso não tem sido observado nesse Conselho, não tem sido respeitado, porque as minhas, como disse o Dr. Rafael, todas as minhas colocações de natureza institucional elas são colocadas com viés, como se fosse pessoal, e aí, como se houve uma pessoalidade com o Presidente e nós tivemos de fato, problema que já está superado, pelo menos da minha parte. Então eu quando defendo e venho defendendo, não é só nessa gestão a transparência, defendo isso desde outras gestões. Eu vendo agora com Vossa Excelência que finalmente isso vai virar realidade, eu fiz uma crítica contundente e reafirmo a crítica, a falta de transparência no nosso processo, do sistema OAB, não falo OAB Goiás, estou falando do sistema OAB, porque é um processo, é um provimento que é ultrapassado, é um provimento que não prestigia nem a transparência, nem a publicidade. Nós temos que ser coerentes com nosso discurso enquanto instituição. Por isso eu venho defendendo insistentemente essa tese. Se Goiás fizer isso nesta gestão, acredito que o Presidente, esse Conselho vão entrar para a história com uma marca positiva, uma marca de coerência, um atestado, que é esse efetivamente que devemos ter na testa de cada um, porque somos nós que aprovamos as contas do Conselho. Então nós temos que ter essa tranquilidade e nada mais salutar do que abrirmos isso para nossos colegas inscritos e também para a sociedade, já que nós desenvolvemos um papel social por força da Constituição Federal e a lei que instituiu o Estatuto da Advocacia. Então eu quero dizer aos colegas que eu aceito as críticas de muito bom grado, com altivez, porque entendo que a divergência é salutar. Se eventualmente se sentiram atingidos saibam que esse não era o meu propósito, muito menos de diminuir a instituição. Agora jamais vou deixar de afirmar e dizer o que penso, o que acho, em qualquer foro, em qualquer ambiente. Então, não é a primeira vez que fiz essa crítica, só que agora ela teve uma repercussão um pouco maior, e é uma opinião que expresso, se eu estiver enganado, o tempo vai dizer. Eu quero dizer também do meu respeito aos colegas de Conselho e Presidentes de Subseções, todos operosos, trabalhadores e que eu faço essa referência na pessoa do Dr. Haroldo, que é um colega do meu primeiro mandato, 2001, pessoa seríssima, que tenho maior admiração, e na pessoa dele, quero saudar todos os Presidentes de Subseção e esclarecer o que para mim é um mal entendido e já me penitenciar por qualquer excesso, reafirmando a minha disposição para o debate, para a discussão, para a divergência, porque eu acho que é nesse ambiente democrático, que a instituição cresce, que surgem as boas ideias, surgem os bons encaminhamentos. Eu felizmente não tenho DNA de cauda, tenho postura e posição, se eventualmente me excedi, me penitencio aos colegas e reafirmo a minha disposição de trabalhar por esta instituição. Eu acho realmente que ela está acima de todos nós, acima de qualquer pretensão pessoal, política-partidária, ou política-classista. Então reafirmo minha disposição de trabalhar pela Ordem e saúdo mais uma vez os colegas. Me desculpando por alongar tanto e tendo que perder tempo com essa discussão aqui hoje." O Conselheiro Flávio

Buonaduce Borges convidou a todos para participarem de um evento que será realizado no próximo dia 21/11/2014, às 09 horas, no auditório do TRT, em que terá a presença do ex-presidente do Conselho Federal, Dr. Cesar Britto, acompanhado do Dr. Alvares Silva e Dr. Bruno Reis, para falar sobre as notificações na Justiça do Trabalho. O Conselheiro Enil Henrique de Souza Neto informou que no ano passado todos os fundos de previdência tiveram uma mudança grande num cenário econômico, em que se tinha uma taxa de juros baixa e a Presidente da República, ao contrário do mercado, começou a aumentar as taxas, sendo assim, todos os planos que estavam desaplicando inflação, que eram rendas fixas, todos os fundos de pensão tiveram resultados baixíssimo, alguns casos negativos e outros muito negativos. Ressaltou que em 2013 ocorreu referida situação e que em 2014 a situação já se normalizou, nos últimos 06 meses estão 5,38% de rendimento. **6. ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo para ser relatado, eu, Márcia Queiroz Nascimento, Secretária-Geral Adjunta, mandei lavrar a presente ata, que, conferida, será assinada por mim e pelo Presidente, depois de aprovada pelo e. Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Goiás.

Márcia Queiroz Nascimento
Secretária-Geral Adjunta

Henrique Tibúrcio
Presidente